

“RACIALIZAR” A LINGUÍSTICA OU QUESTIONAR O VERBO “RACIALIZAR”?

¿"RACIALIZAR" LOS ESTUDIOS LINGÜÍSTICOS O CUESTIONAR EL VERBO "RACIALIZAR"?

ON ‘RACING’ LINGUISTICS OR ON QUESTIONING TO ‘RACE’ AS A VERB?

Gabriel Nascimento dos Santos*

Universidade Federal do Sul da Bahia

RESUMO: É muito comum, sobretudo nesta atual geração de pesquisadores dos estudos linguísticos, o uso da palavra “racializar” como problematização do racismo nos estudos de linguagem em geral. Boa parte desses usos também tem ocorrido no Norte global, com o uso de termos como *linguagingrace* ou *racinglanguage* (ALIM, 2016), que Severo (2019) nomeia como “linguistificação da raça” ou “discursivização racial da língua”. Porém, a palavra que mais tem crescido é justamente o termo “racializar” que, entre seus mais diversos usos, tem sido usado como forma positiva de marcar o sujeito branco e o racismo por trás das instituições. Eu mesmo, em Nascimento(2019), propus *racializara* branquitude no discurso. Neste ensaio me proponho a debater criticamente os mais diversos usos de racializar para, a partir daí, propor uma crítica ao termo, tendo em vista seus limites.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Racializar. Linguística.

RESUMEN: Es muy común, especialmente en esta serie actual de investigadores de los estudios lingüísticos, el uso de la palabra "racializar" como problematización del racismo en los estudios lingüísticos en general. Gran parte de estos usos también se han producido en el Norte global, con el uso de términos como *racing a language* (ALIM, 2016), que Severo (2019) denomina como "lingüistificación de la raza" o "discursivización racial de la lengua". Sin embargo, la palabra que más ha crecido es precisamente el término "racializar" que, entre sus usos más diversos, se ha utilizado como una forma positiva de marcar el sujeto blanco y el racismo detrás de las instituciones. Yo mismo, en Nascimento (2019), lo propuse racializar la blancura en el discurso. En este ensayo propongo debatir críticamente los más diversos usos de la racialización para, a partir de ahí, proponer una crítica del término, en vista de sus límites.

PALABRAS CLAVE: Racismo. Racializar. Estudios lingüísticos.

ABSTRACT: It is very common in these days the use of *to race* as a verb by scholars in language studies. A great range of these uses come from the global north with the use of *linguaging race* or *racing language* (ALIM, 2016), what Severo (2019) terms in

*Docente da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). E-mail: gabriel.santos@csc.ufsb.edu.br.

Portuguese as *linguistificação da raça* or *discursivização racial da lingua*. Although, the use has been increasingly present rather than what we have been said through diverse uses. I myself in Autor (2019) proposed that name as a way to mark whiteness in discourse. In this paper I seek to discuss to embrace the criticism to the many ways of how to use that verb (*racing*) to understand the existing boundaries in the use of that word in linguistics.

KEYWORDS: Racism. Racing. Linguistics.

1 A INVENÇÃO DA RAÇA: UMA DISPUTA NECESSÁRIA

Durante muito tempo, o termo *raça* foi um item presente com bastante naturalidade em estudos biológicos ou sociais, graças ao racionismo, isto é, uma formação ideológica vigente e raciológica, que é comumente chamada de racismo, mas, na verdade, é sua versão ideológica. A essa versão ideológica do racismo temos chamado de racialismo (APPIAH, 1997) e racismo científico (MUNANGA, 2004).

De fato, o racismo científico não é tão científico quanto parece, se por ciência esses estudos entendem evidências analisadas em sua completude. Estudos demográficos e sociológicos, com alto teor biologicista, sobre o negro vão se amontoar nos últimos séculos de escravização¹ formal, e não desde o início, comprovando a ideia de que esses supostos estudos não passavam de um *mea culpa* do europeu travestido no seu pior, a tentativa de culpabilizar o africano por ter sido escravizado. Ou seja, o racismo científico é a visão ideológica do racismo que, confrontado pelos próprios escravizados, busca uma saída para que não possa dividir o mundo do trabalho livre com negros e mestiços com essa culpa em suas costas. Mais do que isso, como lembra Moura (2014), essas visões levam a crer que os escravizados não são capazes de se adaptar ao mundo livre.

A palavra *raça*, que vem sendo difundida no ocidente, pelo menos, desde o século XVI (MBEMBE, 2014), quando se deu o início do apogeu do tráfico negreiro, foi sendo incorporada por essa raciologia da invasão colonial no mesmo momento em que línguas modernas eram inventadas (MAKONI; PENNYCOOK, 2006). Essas línguas modernas são invenções também coloniais namedida em que elas surgem para dissimular no europeu a ideia de uma cidadania moderna, que aqui identificamos como branquitude. Isto é, ao passo que a *raça* se torna um conceito usado na modernidade, a escravização dos africanos é expandida e as próprias línguas modernas, como invenção desse europeu branco, são difusoras de uma ideia de *raça*.

A partir da década de 60, com os estudos culturais, o pensamento das ciências humanas começa a questionar a palavra *raça*, sobretudo por causa dos desdobramentos da Declaração das Raças da UNESCO em 1950, que considerava que só existia uma *raça*, a *raça* humana. Como sabemos, esse pensamento também foi apropriado pelas forças racistas no ocidente já que, com esse entendimento, vários foram os movimentos que argumentavam em favor da não existência do racismo, tendo em conta que a *raça* não existia.

Como Hall (2003) argumenta, não basta mudar *raça* por *etnia*, pois ambas são categorias discursivas, simbólicas e sociais. Mais do que isso, é preciso combater aqueles que acham que *raça* surgiu antes do racismo. Como estou tentando argumentar aqui, *raça* passa a ser um construto da formação ideológica que chamamos de racialismo, que é um conjunto de entendimentos dos últimos séculos de escravidão oficial. Porém, esse conceito, usado primeiro no mundo da Botânica, é uma consequência direta do racismo como formação histórica e de sua apropriação nas diversas sociedades ocidentais. Ou seja, mesmo que *raça* exista biologicamente, mas sim discursivamente, racismo existe porque não depende da existência de *raça* como uma categoria, sendo uma visão ou formação histórica do colonizador branco na invasão colonial.

O retorno da categoria *raça* entre nós, em resposta a esse racismo cordial que no inglês tem sido chamado de *color-blindness*, é o que permitiu a disseminação do termo *racializar*, inclusive no campo dos estudos linguísticos. Para responder a esse racismo

¹ Nós, estudiosos das questões raciais no Brasil, preferimos o termo *escravização* à *escravidão* porque *escravidão* não pressupõe o processo e transparece como um produto apenas, sem a devida denúncia à genealogia do processo escravocrata.

disfarçado de uma ideia de mundo pós-racial, o uso de *racializarem* se referido a provocar uma análise discursiva da racialização em um dado campo.

O grande problema da palavra *racializarem* está nos construtos que nos trazem até aqui. Racializar, e não somente marcar o não marcado no discurso, que são formas pelas quais o racismo atua, durante séculos foi uma forma de organização da vida, uma formação histórica. Retomando Robinson (1983), o racismo é uma construção da modernidade, mas tem raízes profundas na idade média europeia, levando à criação de um sistema econômico, o capitalismo, profundamente racializado.

Essa provocação nos ajuda a entender que racializar, mais do que provocar o debate racial contra ideologias que apagam a importância do debate, promove um racismo cordial, isto é, um racismo que se torna o que é ao negar a existência do racismo para desidentificar o negro e produzir a visão de que não somos racistas (TURRA; VENTURI, 1995).

Racializar estaria, portanto, ligada não à sua linguistificação (ALIM, 2016; SEVERO, 2019) após o século XVIII, quando os estudos supostamente científicos usavam o corpo negro como *token* de estudos para justificar a supremacia branca no ocidente, e usavam a linguagem para explicar o que seria o negro em termos racioculturais em sua alugada inferioridade, mas como estruturação das condições anteriores até ali. Isto é, até que os primeiros trabalhos sobre o negro e o escravizado em geral passassem a ocorrer na voz de diplomatas, cientistas, escritores, com rumor racialista, o racismo como formação histórica, como princípio de organização e hierarquização do mundo moderno e, por consequência, do capitalismo, que passamos a chamar de capitalismo racial.

Portanto, estamos tratando de um outro uso de *racialização*, que busca responder ao racialismo e não ao racismo, mas que provoca discursivamente o espaço supostamente neutro a partir dessa leitura.

Araçá é uma invenção (APPIAH, 1997), tal como a própria África (MUDIMBE, 2013), com a ideia de gênero (OYEWUMI, 1997) e as próprias tradições africanas (RANGER, 1983). Isso implica em dizer que, se todos esses conceitos foram inventados (MBEMBE, 2014), as próprias línguas ocidentais pelas quais essa taxonomia passou a existir são invenções (MAKONI; PENNYCOOK, 2007).

Problematizar a ideia de invenção nos permite problematizar o escopo deste texto, a ideia de “racializar”. Eu mesmo, em um trabalho anterior, disse que:

Racializar [os brancos], portanto, não é praticar racismo reverso (o que é uma improbabilidade histórica). Ao contrário, é uma forma de alertar sempre ao sujeito branco que ele não é universal. É um modelo de desnudar o discurso da branquitude enquanto poder e dizer ao próprio branco que eles não são todos iguais e, entre eles, a proximidade com os povos colonizados pode gerar represálias. (NASCIMENTO, 2019, p. 109)

Pensar em invenções nos faz pensar em como nomes são inventados. Neste momento, mais do que nunca, precisamos colocar nomes em xeque porque eles não são somente partes de uma taxonomia. A palavra “racializar”, que guarda traços de sua diacronia, não tem necessariamente mais relação direta com sua origem pelo que Derrida (1973) entendia como suplementação durante o processo de *provisoriedade* do signo como elemento linguístico ou semiológico. A palavra *denegrir*, por exemplo, existe desde antes o nascimento do *negro* como concepção colonial e racista no ocidente (que passa a existir com o processo escravista). No entanto, embora a palavra no latim vulgar tivesse sido usada para falar de algo manchado, e não escurecido no sentido do racismo de séculos subsequentes, é nesses séculos de escravidão que sua diacronia, tanto linguística quanto semiológica, vai ser reconstruída dentro das línguas nacionais a partir do século XVI.

Ou seja, apesar de que a origem de uma palavra não seja racista, sua trajetória pode torná-la. O mesmo acontece com o termo *negro* que, a partir do século XVI, passa a se disseminar como algo negativo e na atualidade, principalmente a partir do movimento negro e da corrente chamada de *Negritudee* do sentimento *Black is beautiful*, tem se reconstruído. Além disso, lembrando a Gates Jr. (1988), no próprio processo de escravização, escravizados estavam sempre modificando a estrutura desse signo, como traduzi em Nascimento (2020), como segue:

SIGNIFICAÇÃO PADRÃO DA LÍNGUA

$$\text{Significação} = \frac{\text{Significado}}{\text{Significante}} = \frac{\text{Conceito}}{\text{Imagem acústica}}$$

Nesse primeiro exemplo, o significado, construído a partir do referente do mundo, o corpo negro escravizado, é alinhado ao significante [ˈneɪrɔ], ou *negro* em sua vertente escrita. Isso, portanto, do ponto de vista do colonizador branco, que passa a chamar aquele corpo de várias origens naquele continente que esse europeu já vinha chamando de africano por um único nome, ou uma unidade (GILROY, 2001; FANON, 2008).

Temos presenciado dois grandes movimentos entre as correntes mais conhecidas do pensamento negro contemporâneo, que tentaremos sistematizar. Uma delas é aquela iniciada por Fanon (2008), que critica o humanismo que desidentificou e colocou o corpo negro ao lhe impor esse conceito, numa zona de não existência, a zona do não-ser. Outros exemplos desse pensamento são Césaire (1971), Appiah (1997), Mudimbe (2013), Mbembe (2014) – entre outros pensadores. Essa corrente olha criticamente o conceito de raça, o afasta do seio africano como essência e pondera críticas ao essencialismo da razão colonial branca e da própria razão negra nas guerras pró-independência dos países africanos. Há, portanto, o projeto de um novo humanismo e da redução do pensamento branco como reeditor e revisor desse signo.

Do outro lado, há uma corrente que integra os estudos antirracismo e críticos dos Estados Unidos, como a Teoria Racial Crítica, que entendem a necessidade de pensar esse signo e editá-lo através dos direitos civis. Pan-africanistas como Alexander Crummell ou W. E. B. Du Bois² são inspiração para uma geração (CREENSHAW, 1989; LADSON-BILLINGS; TATE, 1995, entre outros) que passa a disputar, no âmbito dos direitos civis o conceito de *raça*. O próprio Gates Jr. (1988), que não está no centro dessa corrente, entende que a tal significação padrão da língua passou por edições dos escravizados durante o processo, restando assim:

SIGNIFICAÇÃO NO VERNÁCULO NEGRO

$$\text{Significação} = \frac{\text{Figura retórica}}{\text{Significante}}$$

Fonte: Retirado de Nascimento (2020), traduzido e adaptado de Gates Jr. (1988)

O vernáculo negro, já aprofundado na obra de Smitherman (1998), não deixou parado termos que vieram das significações escravocratas. Termos como *neguinho* e *nego*, usados positivamente entre pessoas negras mostram como essa disputa, independente do movimento negro institucionalizado, sempre existiu na língua pelas pessoas negras.

Embora neste texto eu esteja em parte entendendo esse papel estratégico do escravizado, também estou questionando a mim próprio e a outros linguistas que vêm falando em “racializar” a linguística. A seguir vamos tratar mais detidamente essa discussão sobre o referente (negro) para, por fim, tentar oferecer uma proposição.

2 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E RACISMO LINGUÍSTICO

A própria disputa em torno dos conceitos de ideologias linguística e racismo linguístico nos traz uma dimensão de quão atual são esses questionamentos. Como Kroskrity (2004), desde a década de 70, com Michael Silverstein, vários são as conceituações de ideologias que vão sendo disseminadas em diferentes campos dos estudos linguísticos.

² O pensador gostava de ser apresentado com as siglas, ao invés do nome na íntegra. Respeitaremos essa posição.

Silverstein(1976), seguindo Charles Peirce, analisa a linguagem e sua relação com a cultura através da performatividade. Para ele, ao apontar para algo (como indício, indiciamento ou relação de dependência com a coisa significada), o que cria as noções de uma relação que torna ambos indissociáveis, a linguagem e a coisa que ela aponta, o referente no mundo.

Isso nos ajuda a pensar em vários aspectos, por exemplo, que:

A linguagem é um sistema de comunicação que tem a mesma característica do resto da cultura. Assim, para distinguir a cultura em subpartes, nós tradicionalmente distinguimos tipos diferentes de eventos comunicativos na base da forma de apontar (indiciar). No caso da linguagem, esse meio é um discurso articulado, e eventos podem ser isolados nessa base. (SILVERSTEIN, 1976, p.13)

Ou seja, ainda que o autor estivesse preocupado em entender essa relação com o referente, ele estava prevendo apenas identificar e isolar os eventos comunicativos para entender como se formam essas ideologias que atuam na linguagem. No nosso caso, entendemos ser difícil recuperar o *corpo* por trás da linguagem somente por meio de eventos linguísticos, embora a análise seja no planolinguístico.

Kroskrity (2004) lembra também que, de maneira geral, as ideologias linguísticas são vistas como noções comuns da natureza da linguagem. Para ele, porém, isso é insatisfatório, pois não problematiza os aspectos que dizem respeito à variação de ideias, ideais e práticas comunicativas.

Na mesma visão contrastiva de Silverstein (1976), em que se buscava a relação entre a estrutura linguística e as ideologias linguísticas como atributo da cultura, Irvine e Gal (2000) enxergam a ideia de “diferenciação linguística”, isto é, como cada pessoa percebe a linguagem e a diferencia, os elementos para o entendimento de como a linguagem se relaciona com as ideologias. Ao retornar a vários desses elementos, Kroskrity (2004) apresenta a multiplicidade do que são as ideologias linguísticas como a percepção que os falantes têm das línguas que falam, a relação com as múltiplas variáveis que se relacionam com a linguagem (raça, gênero etc.), os diferentes graus de consciência linguística das práticas linguísticas em nível local, a mediação entre formas de fala e estruturas linguísticas nessas práticas e a forma como essas ideologias formam identidades sociais e culturais, como raça e etnia.

Apesar de ser bastante aprofundadas nos níveis antropológicos e linguísticos, o problema dessas definições de ideologias linguísticas é a visão ainda estática de cultura e ideologia como conceitos resolvidos. Se, por um lado, não podemos deixar um termo ideológico como *racializarse* esgotar no linguístico, não basta dizer que ele é ideológico puramente. Devemos, assim, localizar as contribuições das ideologias linguísticas recuperando a visão de ideologia na própria formação histórica, como o fenômeno que a concebe e não como aquele que vai gerar o contexto histórico homogêneo a partir de si.

O racismo, por exemplo, como tenho defendido até aqui, não é um fenômeno puramente ideológico, sendo sua compatibilidade ideológica difundida a partir do estabelecimento de línguas nacionais europeias. Daí deriva a discussão da palavra *racializar*. Se fosse apenas uma discussão linguística, nos níveis das línguas nacionais, bastava mostrar que seu uso sempre foi um horror e repeti-lo seria cometer racismo contra os brancos, o que mostraria que as pessoas negras são revanchistas.

Porém, o nível linguístico não pode se esgotar nas línguas ocidentais. É preciso recuperar os saberes ancestrais africanos para entendermos práticas pré-coloniais africanas de uso multilíngue, por exemplo (CANAGARAJAH; LIYANAGE, 2012), o que nos proporia novas relações de ideologias linguísticas.

O conceito de racismo linguístico (NASCIMENTO, 2019), por sua vez, foi cunhado para tratar não do processo de linguistificação da raça, mas de racialização da língua. Nesse sentido, a racialização jamais poderia ser entendida como algo positivo ou ativista no sentido que aqui estamos problematizando, mas das práticas linguísticas que evidenciam o racismo explícito ou implícito desde a sua forma disseminada no texto até as práticas que lhe rodeiam. Palavras com teor racista como *macaco*, com uso metafórico, mediação da fala de pessoas negras, sempre agremiadas a intérpretes ou os próprios recortes de preconceito com variantes faladas

por comunidades com alta proporção de pessoas negras são alguns dos casos elencados para argumentar sobre a existência do racismo linguístico.

Embora o racismo seja linguístico, pois ancorado nas práticas linguísticas, ele cria relações com o dependente de formas distintas como a que percebemos na ideia das ideologias linguísticas. Não estamos falando apenas de percepções ou crenças, mas de co-naturalizações históricas, ao nível do que Alim (2016) e Rosa e Flores (2017) chamam de perspectiva raciolinguística. Essa panorama de discussões nos leva a identificar que a problemática de tais ideologias nos fazem questionar coisas como desde o uso de termos que identificam negativamente na língua tudo o que é ruim como negro até a inclusão de pessoas negras na situação de *sem língua*, sendo essas pessoas o principal alvo de violência linguística na escola. No entanto, ao questionar a ideia de ideologia fora de suas formações, essas teorias, o que inclui a perspectiva raciolinguística e o racismo linguística, precisam avançar na ideia de entender o que é esse referente no mundo, que é dito *negro* e racializado. Por isso, o questionamento da *nomeação* e do seu ato como colonial é importante para a dimensão do papel de teorizações que não reproduzam, sem mexer na estrutura, palavras como se fossem apenas a troca o principal produto que se quer.

A seguir vamos falar sobre a relação de racismo linguístico e línguas como invenções.

3 LÍNGUAS COMO INVENÇÕES E RACISMO LINGUÍSTICO

A fim de problematizar a ideia de *racializar* a Linguística é necessário analisar as relações entre a formação do racismo historicamente em sua dimensão linguística e a instituição de línguas como invenções.

Línguas são invenções ou regimes metadiscursivos (MAKONI; PENNYCOOK, 2007). Isso significa dizer que, se tomamos como exemplo a instituição das línguas modernas europeias, essas línguas foram inventadas a partir da sofisticação do protorracismo do europeu na Idade Média. À medida que a ideia de modernidade se fundiu com a ideia de branquitude (ALCOFF, 2015), os modos de falar dos brancos da Idade média passaram a ser uniformizados em torno da invenção de línguas como bandeiras unificadoras de uma nacionalidade branca. Segundo Makoni e Pennycook (2007, p.1, tradução minha)³:

Quando argumentamos que línguas são construídas, nós queremos ir além da ideia óbvia de que os critérios linguísticos não são suficientes para estabelecer a existência de uma língua (a velha língua/os debates sobre do que seja dialeto), no sentido de identificar os processos sociais e semióticos que levam à sua construção. Os processos coloniais incluem, por exemplo, o desenvolvimento de ideologias coloniais e nacionalistas a partir de programas de letramento.

O construto de línguas como invenções nos ajuda a combater, primeiramente, os aspectos que faltam ao trabalho de Anderson (1991) que, apesar de destacar a ideia de imaginação de si dos europeus, se prende à ideia de línguas como unidades essenciais. O trabalho de Makoni e Pennycook (2007) vai na direção de questionar a ideia do próprio linguista que, ao só enxergar norma ou unidade nesses falares, desconsidera falares que driblam as ideias tradicionais de norma.

Um exemplo disso é o crioulo, cuja discussão teórica no Brasil tem teimado em não ser aceita, a partir de dados socio-históricos, como existente no país (LUCCHESI, 2012). Essas visões, que nos veem à deriva, num eterno limbo, querem pensar crioulo como uma unidade linguística legitimada. Entretanto, haja vista que quem fala e teoriza crioulo são os linguistas brancos, em sua grande maioria, essa legitimação tem a ver com a própria forma da branquitude de inventar línguas, pensando nelas como unidades. Fanon (2008) tratou disso quando dissertou sobre a forma dos brancos não verem nos negros nem o crioulo e nem o francês, mas um *petit nègre*, isto é, um francês deslegitimado. Essa é a forma de se observar o português falado pelos negros brasileiros.

³ “When we argue that languages are constructed, we seek to go beyond the obvious point that linguistic criteria are not sufficient to establish the existence of a language (the old language/ dialect boundary debates), in order to identify the important social and semiotic processes that lead to their construction. Social processes include, for example, the development of colonial and nationalist ideologies through literacy programs”.

Naro e Scherre (2007) estão entre aqueles que negam a existência de um crioulo (isto é, de uma regularidade linguística produzida a partir do contato entre línguas que passou a ter sistema linguístico) no Brasil. Mais do que isso, eles fazem comparações entre dados do Brasil e do Portugal para afirmar a tese de uma transmissão linguística irregular para a formação do português, em que não se garante a existência de crioulos, isto é, da nativização de pidgins de base africana, por exemplo, por causa das condições de minorização desses povos, de sua composição etc. Principalmente, não buscamos debater essas hipóteses, mas questioná-las. A busca por uma regularidade linguística é um elemento importante na invenção de línguas (MAKONI; PENNYCOOK, 2007) como regimes metadiscursivos sobre os quais passamos a creditar as limitações de nosso tempo e das formas como somos enunciados e passamos a enunciar nossos interesses. Modesto (2015) analisou vários aspectos desse debate sociolinguístico e observou que, segundo Lucchesi (LUCCHESI, 2012 *apud* MODESTO, 2015, p. 103), Naro e Scherre (2007) buscam negar a influência dos africanos para a formação de uma identidade legítima linguística, em seu contexto de nativização como crioulo, mais do que apresentar fatos.

Em nosso caso, não me posiciono sobre a existência ou não de um crioulo africano no Brasil porque isso contradiz a crítica em torno de línguas como invenções, ou regimes metadiscursivos que venho fazendo a partir de Makoni e Pennycook (2007) neste trabalho. Além disso, quero debater as contribuições reais linguísticas dos africanos que tecnologicamente se mantêm vivas.

A modo de exemplo, o grupo Cortejo Afro da Bahia, contando sobre uma festa do Olubajé⁴ no Terreiro Ilê Axé Oyá, em Salvador, na Bahia, assim narra:

No ilê de Mãe Santinha de Oyá
Nega Tonha azuelo ajeum sa
O ogandi azuane azuelou
Adô alá olubajé ja comecou

Aê ajéumbó
Olubajé ajóumbó

No ilê de Mãe Santinha de Oyá
Nega Tonha azuelo ajeum sa
O ogandi azuane azuelou
Adô alá olubajé ja comecou

Aê ajéumbó
Olubajé ajóumbó

A canção reproduz um dos pontos mais tradicionais do candomblé, recolhido a partir de narrativas orais históricas. É, talvez, a primeira vez que eles aparecem no meio de uma histórica contada, que se passa nesse Ilê, ou terreiro.

As discussões sobre línguas como invenção nos permitem identificar que, para linguistas, é difícil entender que normas são negociadas a todo modo pelos sujeitos, para além de uma agenda evolucionista. No caso da canção, é impossível traduzir, mas é possível depreender que esse falar *para dentro* conta a história de um olubajé no terreiro até se encontrar com o famoso ponto *aê ajéumbó, olubajé ajéumbó*.

Ou seja, não é possível depreender em que ponto esse falar estratégico não pode ser considerado como crioulo, mas não podemos essencializá-lo como tal. Se, por um lado, isso questiona a própria ideia de não classificar esses falares por uma lente essencialista de crioulo, por outro lado, esse falar não precisa do linguista para ser legitimado como uma língua porque já é.

⁴ O Olubajé é uma tradicional festa africana ao orixá Omulu que, normalmente, acontece a partir de agosto.

A ideia de línguas nacionais ajuda a identificar que o racismo linguístico em sua formação significa a invenção de línguas modernas e nacionais como racistas, pois o próprio construto de línguas é um construto da própria branquitude que se inventa nessas línguas.

Na seção seguinte vamos apropriadamente nos deter em problematizar a noção mais contemporânea de racializar, meu objeto neste texto.

4 RACIALIZAR UMA LINGUÍSTICA RACIALIZADA? BRANQUITUDE COMO ESPAÇO DE RACIALIZAÇÃO

Acompanhando a discussão sobre racismo linguístico, ideologias linguísticas e línguas como invenções já é possível depreender que o nosso campo guarda em si vários aspectos ou vícios da própria modernidade colonial. Um deles é a construção da branquitude como poderio supremacista no ocidente.

O conceito de branquitude entre nós já passou por diversos momentos. Na década de 30 (MOREIRA, 2014), branquitude era vista pela Frente Negra Brasileira (MACHADO, 2020) como a qualidade do branco crítico. O grande problema, como discute Cardoso (2019), é que esse retrato da criticidade é mais abstrato do que real porque, ao invés de se provocar o que não é crítico, tenta se criar uma imagem do branco excepcional. O branco excepcional é um mito do próprio branco crítico (ALCOFF, 2015) sobre sua própria identidade como uma forma de se desresponsabilizar.

Uma das melhores noções sobre branquitude vem do trabalho de Bento (2002), que tira do terreno da consciência e da intencionalidade, e propõe o argumento psicossocial do *espelho* como um lugar em que a branquitude constrói seus valores.

No âmbito dos estudos linguísticos, ao não identificar o que seria esse *referente* no mundo, quando se trata do negro narrado, discursivizado etc., ou quando as diversas variáveis sociorraciais são pouco exploradas por trabalhos de sociolinguística variacionista, por exemplo, como se não fosse relevante deter-se em estudar primeiro os sujeitos para, a partir daí, propor como essas variáveis podem sofrer diferenças de acordo com posições não estáticas dos sujeitos.

Tenho, assim, por argumento que a linguística, ao ser preenchida, ocupada e racionalizada (tal como SILVERSTEIN, 1976 propõe sobre a lógica da indexicalidade), é racializada. Ou seja, o branco se constrói como construto universal nela ao passo que minoriza o externo, aquele que ele ou ela não tem que explorar em sua completude e tampouco trazer como *corpo* negro-africano aos estudos linguísticos.

Embora a branquitude seja discursivamente universal, reproduzo Cesaire (1971) ao entender que, ao produzir racialização e horror em sua brutalização escravista, o branco também criou antídotos contra si mesmo. Esse corpo branco no poder se universaliza como humano, mas seu próprio humanismo entra em crise. Seria preciso, portanto, retornar aos argumentos do racismo como anterior ao racialismo para entendermos que, até a produção dos discursos ideológicos do racialismo, a partir do século XIX, o branco tinha racializado o outro, escravizado, construindo em si os pressupostos que busca apagar.

Na Linguística brasileira isso é difícil de negar se verificarmos que os principais projetos são mediados sem intencionalidade, mas reproduzem o olhar branco nos mínimos detalhes, inclusive nos eventos. Nascimento e Windle (2021), em um fórum acadêmico de um periódico internacional, questionaram duramente o caso do evento chamado de *ABRALIN ao vivo* (2021), cuja série passou a ser questionada por não ter pensado em acadêmicos negros para falar dos diversos temas desde a sua concepção. Outro exemplo é a própria repetição de *falante culto* não problematizado no Projeto da Norma Urbana Linguística Culta (Projeto NURC), que passa a disputar os meandros da língua nacional brasileira com dados empiricistas. O grande equívoco é que, apesar dos dados serem relevantes para um retrato de falantes de uma dada casta ou classe, suas faces e classificações raciais são propositalmente universalizadas na categoria do humano, somente sendo possível depreender que se trata de uma maioria branca, por já sabermos

previamente que, como suas variáveis envolvem pessoas com formação universitária, essa não é uma descrição de uma massa de pessoas negras na década de 70.

Veja-se o caso dos Atlas. Boa parte dos estudos que temos hoje e que envolvem fenômenos de variação no chamado português brasileiro têm contribuição direta desse material. Também da década de 60, eles se assentam em estados com vasta população preta ou mestiça, como Bahia e Minas. O que gera espanto no caso desse material é que, também com rico e farto material e com problematização a partir dos métodos de censo, a sua razão de ser não sai do exotismo que são aqueles falares, como se não fossem retratos de outras normas nesse português.

A minha defesa aqui vai no coração da afirmação de que a ausência negra na linguística é uma prova de sua racialização, ou seja, do desaparecimento do corpo brasileiro que produz grande parte das falas nesse país de maioria negro-mestiça. A seguir, para finalizar, vou propor a reflexão sobre a necessidade de racializar a linguística sem perder os rumos dessa racialização já ocorrida.

5 RACIALIZAR O BRANCO NA LINGUÍSTICA: ALGUMAS PALAVRAS CONCLUSIVAS

Apesar das pessoas brancas terem racializado a partir da escravidão, racializar nem sempre tem o mesmo contexto. Se estamos usando racializar como discursivizar (SEVERO, 2019), precisamos ter a noção de que se pode racializar marcando o não-marcado (NASCIMENTO, 2021; MENEZES DE SOUZA, 2018), desde que não se ignore que essa é uma disputa do próprio construto do termo.

É preciso lembrar que, como já discutimos, há uma disputa em torno desse signo em muitas dimensões, não podendo esquecer suas dimensões originais, mas sem deixá-las subsistir sem nossas marcas. Marcar o não-marcado, mais do que apenas *racializar*, sem essas dimensões explicativas, é marcar o lócus de enunciação de cada uso ou autor que fazemos. Não há problema em dizermos origens brancas dos autores que fazemos uso porque foi assim que pessoas negras foram narradas em toda a sua história.

Por isso, racializar nesse sentido é retomar a localização do corpo branco no discurso, é linguistificar a raça ao passo que se discursiviza racialmente a língua, lembrando e responsabilizando o ato ilocucionário com perlocução (AUSTIN, 1962), provocando a inserção das pessoas que racializaram ou seus descendentes nesse espaço de responsabilidade no discurso para que a pessoa, em perlocução, aja e se mova.

Neste texto eu procurei trazer essas dimensões para percebermos que podemos mesmo falar em *racializar* linguística, desde que saibamos que estamos falando de uma linguística branca ocidental que, ao ser racializada, isto é, ao ter o seu branco racializado, se torna menos branca e vai se transformando em complementar, com a presença do corpo branco como mais um e não como o único universal, passando todos a serem representados como *corpo local*, com suas histórias de experiência vivida.

REFERÊNCIAS

ABRALIN. *Abralin ao vivo*. 2021. Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ALCOFF, L.M. *The future of whiteness*. Cambridge: Polity Press, 2015.

ALIM, H.S. Who's Afraid of the Transracial Subject? Raciolinguistics and the Political Project of Transracialization. In: ALIM, H. S.; J. R. RICKFORD; BALL, A. F. Ball. (org.). *Raciolinguistics: How Language Shapes Our Ideas about Race*. New York: Oxford University Press, 2016. p 33-40.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

- APPIAH, K. A. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. London: Oxford University Press, 1962.
- BENTO, M. A. S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado) – São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo, 2002.
- CANAGARAJAH, S.; LIYANAGE, I. Lessons from pre-colonial multilingualism. In: BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. *The Routledge Handbook of Multilingualism*. London: Routledge, 2012. p. 44-65.
- CARDOSO, L. *Retrato do branco racista e anti-racista*. 2010. 24f. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055>. Acesso em: 25 jun 2019.
- CESAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Porto: Cadernos para o diálogo, 1971.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, n.1, 1989.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.
- GATES JR., H.L. *The Signifying Monkey: a Theory of African-American Literary Criticism*, Oxford University Press, 1988.
- GILROY, P. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- IRVINE, J. T., AND GAL, S. Language Ideology and Linguistic Differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (org.). *Regimes of Language: Ideologies, Politics, and Identities* Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000. p. 35-83.
- KROSKRITY, P.V. Language ideologies. In: DURANTI, A. *A Companion to Linguistic Anthropology*. Malden: Blackwell, 2004. p. 496-517.
- LADSON-BILLINGS, G.; TATE, W. Toward a Critical Race Theory of Education. *Teachers College Record*, n. 97. 47-68, 1995.
- LUCCHESI, D. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, T. et al. (org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 249-274.
- MACHADO, L. Frente Negra: a história do movimento que apoiava o integralismo e foi pioneiro do ativismo negro no país. *BBC News Brasil*, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53000662>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Disinventing and Reconstituting Languages. In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (org.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007. p. 01-41.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

- MENEZES DE SOUZA, L.T.M. Glocal Languages, Coloniality and Globalization from below. In: GUILHERME, M.; SOUZA, L.M.T. (org.). *Global languages and Critical Intercultural Awareness*. Nova Iorque: Routledge, 2018. p. 01-24.
- MODESTO, Rogério. Uma história das ideias linguísticas no Brasil: o debate sociolinguístico em torno do conceito de Transmissão Linguística Irregular. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 36, p. 89-118, 2015.
- MOREIRA, C. branquitude é branquidade? uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 6, n. 13, p. 73-87, 2014.
- MOURA, C. *Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5. ed. São Paulo, Anita Garibaldi, 2014.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- NASCIMENTO, G.; WINDLE, J. The Unmarked Whiteness of Brazilian Linguistics: From Black-as-Theme to Black-as-Life. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 31, p. 283-286, 2021.
- NASCIMENTO, G. Entre o lócus de enunciação e o lugar de fala: marcar o não-marcado e trazer o corpo de volta na linguagem. *Trabalhos em linguística aplicada*, v. 60, p. 58-68, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661808>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento Editorial, 2019.
- OYEWUMI, O. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. University of Minnesota Press, 1997.
- RANGER, T. The invention of tradition in colonial Africa. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T.(org.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 211-262.
- ROBINSON, C. *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. University of North Carolina Press, 1983.
- ROSA, J.; FLORES, N. Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective. *Language in Society*, v.46, n.5, p. 621-647, 2017.
- SEVERO, C. G. A biopolítica da língua no Brasil: eugenia, mestiçagem e racismo. In: BUTTURI JUNIOR, A. et al. (org.). *Foucault e as práticas de liberdade I: o vivo e o seus limites*. Campinas, SP: Pontes Editoras, 2019. p.1-30.
- SILVERSTEIN, M. Shifters, linguistic categories and cultural descriptions. In: BASSO, K. H.; SELBY, H. A. *Meaning in Anthropology*. University of New Mexico Press, 1976.
- SMITHERMAN, G. Ebonics, King, and Oakland: Some folk don't believe fat meat is greasy. *Journal of English Linguistics*, n. 26, p.97-107, 1998.
- TURRA, C.; VENTURI, G. *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.

UNESCO. *A declaração das raças da UNESCO* [18 de julho de 1950]. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/nove/decla_racas_09.htm. Acesso em: 26 jan. 2022.



Recebido em 09/11/2021. Aceito em 09/12/2021.